



A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO E SERIADO EM ARACAJU-SE

Crislane Barbosa de Azevedo*

RESUMO: *Nas discussões sobre educação, no início da era republicana, ganha destaque o ensino primário. Este, ministrado na rede pública em escolas isoladas, sofrerá transformações, entre elas, a seriação em instituições públicas, as quais receberam o nome de Grupos Escolares. Este estudo analisa o estabelecimento dessas instituições e o seu funcionamento em Aracaju, no início do século XX. Para isso, além de fontes historiográficas, serão utilizados vários documentos de época. Os Grupos Escolares, instalados na cidade, no período de 1911 a 1930, foram: “Modelo”, “General Siqueira de Menezes”, “General Valadão”, “Barão de Maroim”, “Manoel Luiz” e “José Augusto Ferraz”. Estas instituições constituíram-se em um dos principais alvos das medidas governamentais, usufruindo das melhores condições educacionais. Eles não foram o paraíso, problemas persistiram após a imediata construção dos prédios e a promulgação de leis e decretos, mas certamente mudaram a face do ensino primário público ministrado em Aracaju e fizeram com que a sociedade aracajuana do início do século XX passasse a identificar a escola como um lugar próprio, de atividades específicas, diferente de antes, quando se confundia com a casa do professor.*

Palavras-chave: Grupo Escolar; Aracaju; República.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar o estabelecimento desses Grupos e o seu funcionamento na capital sergipana, no início do regime republicano. Para tanto, além do levantamento e análise de fontes historiográficas, utilizou documentos como: Programas para o ensino primário nos Grupos, mensagens presidenciais (1911-1930), artigos de jornal e a legislação pertinente. A escolha pelo estudo da implantação dos Grupos Escolares em Aracaju deve-se ao fato de ser a capital do Estado a primeira cidade a instalar tais instituições, além de ter sido o lugar das mais numerosas realizações no campo educacional no Sergipe republicano. Aracaju concentrou as mais importantes escolas públicas e as melhores escolas particulares, que se transferiram de cidade do interior para a capital, na segunda década da República.

Recentes estudos mostram a existência de preocupação com a educação no Brasil, desde o período do Império. São exemplos Faria Filho (2000), Schueler (1999), Boto (1999) e Beisiegel (1974), este citado em Boto (1999). Porém é com a implantação da República que os debates em torno das questões educacionais vão ser intensificados. O resultado dessas discussões será evidenciado na legislação do período em que a escola primária ganhará maior destaque. “Mais que um direito do cidadão, a escola primária foi concebida como uma necessidade e, sobretudo, como um dever de cada homem do povo” (SOUZA, 2000, 104-121). No projeto político e social republicano, a missão de formar o cidadão capaz de legitimar o Regime e

* Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe e aluna do Bacharelado em História da UFS e do Mestrado em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia. Trabalho desenvolvido com o auxílio do CNPq, sob orientação da Professora Jaci Maria Ferraz de Menezes.



regenerar a nação será atribuída à educação popular. Conforme Carvalho, “a escola no imaginário republicano foi signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o Progresso” (CARVALHO, 1989, 7). Além disso, atribui-se à educação “um papel fundamental, dada a sua capacidade de disciplinar os indivíduos, pela introjeção de hábitos e pela vigilância sobre as suas condutas” (ROCHA, 2000, 55-73).

A escola republicana apta a abrigar novos materiais didáticos, a proporcionar a coordenação e o controle dos profissionais do ensino e a atender aos novos objetivos estabelecidos será consubstanciada nos Grupos Escolares. Estes, projetados para terem uma organização administrativa e pedagógica complexa, concebida nos princípios da racionalidade científica e na divisão do trabalho, viriam a se tornar símbolo dos valores republicanos, sendo preciso torná-los evidentes, exibi-los, solenizá-los (SOUZA, 1998,16).

A produção historiográfica sobre educação no Brasil vem ampliando nos últimos anos a quantidade de estudos sobre os Grupos Escolares no que concerne ao seu surgimento e à organização inicial. Entre os trabalhos, destacamos os de Faria Filho (1997), Moreira & Araújo (1997), Souza (1998) e Pinheiro (2002), os quais analisam o processo de instalação e funcionamento dos grupos escolares nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, São Paulo e Paraíba, respectivamente.

DESENVOLVIMENTO

Os Grupos Escolares foram implantadas com o intuito de elevar a qualidade do ensino ministrado no Estado, atendendo aos preceitos estabelecidos pela pedagogia moderna pautada na racionalidade científica. São resultados de grandes mudanças nas escolas, pois têm como propósitos, dentre outras coisas, levar para o maior número de crianças o ensino e unificá-lo para que todos tivessem contato com as mesmas atividades, conteúdos, materiais didáticos, procedimentos metodológicos, logo as mesmas oportunidades.

Os primeiros Grupos Escolares foram implantados no Estado de São Paulo e datam do final do século XIX, momento em que os políticos e educadores passaram a advogar a necessidade de espaços edificadas expressamente para o serviço escolar, constituindo-se essas instituições de ensino em escolas primárias graduadas, inaugurando uma nova cultura escolar, diferente daquela existente junto às escolas isoladas onde a cultura escolar se misturava com a cultura do lar, uma vez que a instrução era ministrada na casa dos pais dos alunos ou na residência dos professores.

Os grupos escolares, conforme Klinke (2001), consistiam no “fruto de um processo de profundas e radicais transformações nas escolas, resultado no Brasil de uma consciência educativa inovadora”. E Oliveira (2001) chama a atenção para o papel dessas instituições que permitiram a reorganização do ensino seriado e a reunião de crianças e professores no mesmo prédio e sob a única administração.

A implantação dos Grupos Escolares, em Aracaju, data de 1911, momento em que o presidente do Estado, José Rodrigues da Costa Dória, lamentava a situação da instrução pública de Sergipe (SERGIPE. *Mensagem ...* 1911, 51) resolvendo, frente a essa situação, empreender uma Reforma da Instrução Pública.¹

Com esta Reforma, Dória afirma ter atendido, tanto quanto possível, ao que de mais moderno e proveitoso se tinha adotado em relação à educação, sempre observando a modéstia

¹ Decreto 563, de 03/08/1911.

dos recursos do Estado. A pedagogia moderna representava aquilo que o presidente de Sergipe chamava de mais moderno e proveitoso em relação à educação, “tal pedagogia permitiu definitivamente fazer da infância um objeto da política, o que garantiu à educação um lugar de destaque nas políticas governamentais” (PAULA, 1994, 145).

Os grupos escolares passam, então, a partir de 1911, a fazer parte do cenário urbano da capital sergipana, cenário problemático, conforme Mendonça, o qual ainda, na década de 1950, afirmava que a existência de áreas vazias, terrenos baldios intercalados entre os bairros mais importantes, os quais “são verdadeiros entraves ao progresso da cidade, além de representarem um capital morto, sem nenhum valor social”. (MENDONÇA, 1958, 23). Os dois Grupos Escolares de Sergipe, localizados em Aracaju foram: Grupo Escolar “Modelo” e Grupo Escolar Central”.

O Grupo Escolar Modelo, ligado à Escola Normal, possuía regulamentação própria e destinava-se à prática educativa. Nele os professores aprenderiam a trabalhar com o uso de novos materiais didáticos e com base no método de ensino intuitivo. “Os processos intuitivos, que estariam em constante aperfeiçoamento na Alemanha, na Suíça, e nos Estados Unidos, eram a base do ensino moderno” (CARVALHO, 1989, 28).

O Grupo Escolar Central, inaugurado na Rua Itabaiana, em 1914, passou a se chamar Grupo Escolar “General Siqueira” por sugestão do diretor da Instrução, Helvécio de Andrade. O novo prédio, elegante e confortável, segundo o *Correio de Aracaju* (17/03/1914), começou a funcionar no dia seguinte à sua inauguração.

Em 1918, afirmando não ter poupado esforços para o desenvolvimento na instrução pública, o presidente Oliveira Valladão apresenta algumas realizações, dentre as quais a construção de Grupos Escolares no Estado, dos quais dois na capital sergipana: Grupo Escolar Barão de Maroim² e Grupo Escolar General Valladão³.

Naquele ano, a capital passou a contar com quatro Grupos Escolares. A manutenção dessas instituições cabia ao Estado, mas elas também contavam com ajuda proporcionada pelas Caixas Escolares que, no entanto, após um certo período de funcionamento, entravam em decadência (SERGIPE. *Mensagem ...* 1923, 07). No ano de 1920, todos os Grupos da capital possuíam a sua respectiva entidade assistencial (Tabela 1). As caixas escolares eram mantidas pelo pagamento de uma taxa (simbólica) por sócios contribuintes, consistindo em “instituições civis destinadas a amparar e proteger a infância pobre, a quem minguem recursos para a aquisição de livros e utensílios necessários ao ensino” (SERGIPE. *Mensagem ...* 1920, 26)

Tabela 1 – Caixas Escolares em Aracaju (1920)

Caixa Escolar	Grupo Escolar
Caixa Escolar Elvira Valladão	Grupo Escolar General Valladão
Caixa Escolar Rodrigues Doria	Grupo Escolar Modelo
Caixa Escolar General Valladão	Grupo Escolar General Siqueira
Caixa Escolar Wenceslau Guimarães	Grupo Escolar Barão de Maroim

Fonte: SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1920, ao a 1ª instalar-se Sessão Ordinária da 14ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju: (s.i.), 1920, p.

² Decreto 653, de 03/07/1917.

³ Decreto 675, de 26/08/1918.

Nas mensagens presidenciais, são muitos e freqüentes os elogios aos Grupos Escolares, o que não é visível em relação a todos os setores da instrução pública do Estado. Pereira Lobo chega a declarar imprescindível a conversão das escolas isoladas de todo o Estado em grupos Escolares “incontestavelmente o typo que melhor satisfaz as exigências do nosso ensino” (SERGIPE. *Mensagem ...* 1921, 18).

Apesar disso, após os primeiros, seriam ainda necessários seis anos para que novos grupos fossem implantados em Aracaju. O primeiro deles foi o Grupo Escolar Manoel Luiz, em 1924, e o segundo, Grupo Escolar José Augusto Ferraz, em 1925. Este situado no bairro Industrial e o outro, na Avenida Pedro Calazans. Esta demora na ereção de novos Grupos é atribuída à deficiência de recursos do Estado (SERGIPE. *Mensagem ...* 1921).

O ensino nos grupos escolares era feito em quatro anos que correspondiam às quatro classes. Estas, por sua vez, eram divididas em duas seções pelo menos, conforme o adiantamento dos alunos, por exemplo “na 1ª seção do 1º ano os analfabetos ou com taes considerados, na 2ª os que tiverem principio de leitura, etc.” (SERGIPE. *Programma...*, 1915, p. 3).

Quanto ao método de ensino utilizado, o presidente Pereira Lobo afirma, em 1919, que não é observado com o rigor devido, pela razão muito poderosa de que o “methodo intuitivo ora posto em pratica foi lançado sem propaganda e sem um chamamento regular de professoras a sua pratica e sua observancia. (SERGIPE. *Mensagem...* 1919, 44). Em relação a esse problema, Helvécio de Andrade dá um testemunho: “não faz muito tempo que, passando, ouvi cantarem as creanças de um grupo escolar as taboadas, como há 50 annos!” (idem, p. 2/3).

O método intuitivo, que deveria ser usado, refere-se à importância de prestar atenção aos processos de aprendizagem dos alunos e lança luzes sobre a importância de a escola observar os ritmos de aprendizagem dos alunos, como nos lembra Faria Filho, que diz, além disso, que os seus defensores davam muita importância à intuição, à observação, enquanto momento primeiro e insubstituível da aprendizagem humana (FARIA FILHO, 2000, 143).

Sobre o corpo docente, variam as opiniões. Em mensagem à Assembléia Legislativa, o presidente do Estado, coronel Pedro Freire de Carvalho, ao se referir aos professores do Grupo Escolar General Siqueira, afirmava que “[...] os professores, que nelle preleccionam o fazem sciente e consciente de cumprirem, devidamente o seu officio, tal o cunho de serena gravidade que lhes dá a organização do ensino como está sendo feita” (SERGIPE. *Mensagem...* 1914, 16). Porém, em outros momentos, o que percebemos são inúmeras críticas ao comportamento de parte dos professores, os quais muitas vezes falseavam horários e até os regulamentos (SERGIPE. *Mensagem...* 1919, 43), (SERGIPE. *Mensagem...* 1922, 38), (SERGIPE. *Mensagem...* 1927, 06) e (SERGIPE. *Mensagem...* 1928, 30).

Outros aspectos também aparecem como preocupação por parte dos responsáveis pela instrução pública, como a higiene escolar (SERGIPE. *Mensagem...* 1923, 8); a prática da educação física e as aulas de educação moral (*Correio de Aracaju*, 1917, 1) e (SERGIPE. *Mensagem...* 1928, 27/28) e a realização de festividades cívicas (SILVA, s.d.t, p.94), (SERGIPE. *Mensagem...* 1927, 7), (SERGIPE. *Mensagem...* 1929) e (SERGIPE. *Mensagem...* 1930). “O civismo era uma política nacional, tendo em vista incorporar valores, normas, hábitos, emblemas e mitos voltados para o ‘engrandecimento da Pátria’, bem como formatar o trabalhador para a fábrica, disciplinado, obediente às normas hierárquicas” (BORGES, 2001).

Um outro aspecto que merece destaque quanto aos Grupos Escolares é a sua arquitetura. Ao se referir, em 1914, às sedes dos Grupos, o Coronel Pedro Freire de Carvalho informa que “os edificios que lhe servem de scenario são reaes palacios que decoram a nossa capital com a

sua architectura elegante de linhas bem conformadas” (SERGIPE. *Mensagem...*1914, 15). Os grupos escolares, portanto “são construídos para serem vistos, admirados, reverenciados.” (FARIA FILHO, 1998, 141-159). Podemos perceber a beleza arquitetônica de tais instituições através da imagem abaixo (Foto 1) do Grupo Escolar Dr. Manoel Luiz, o qual, porém, passou por problemas de estrutura no ano de 1925, os quais “não somente estragavam as paredes e as portas das salas de aula, mas também os quadros murais e as carteiras”⁴.



Foto 1 – Grupo Escolar Manoel Luiz
Acervo: Memorial de Sergipe – rfi0048

Programa educador, fundado sobre os valores de ordem, disciplina e vigilância, a arquitetura escolar deveria expressar e instituir um discurso inovador, configurando-se, por essa via, em signo de modernização do ensino. Constituído de tópicos como localização, orientação, dimensões, disposição, esse discurso normativo põe em cena a importância da produção do espaço escolar na tessitura do espaço urbano (ROCHA, 2000, 55-73).

Também podemos perceber traços da beleza arquitetônica dos Grupos através de um trecho de artigo publicado no *Diário da Manhã*, em 1917, onde há uma pequena descrição do prédio do Grupo Escolar Barão de Maroim, segundo a qual,

As bellas linhas architectonicas, puro estylo grego, a escadaria central e as lateraes dando accesso a um elegante terraço, que circunda todo o edificio, dão lhe um nobre aspecto, tornando-o inexcidível em conforto. Tudo o que o mais exigente pedagogo possa reclamar para os grupos escolares, ali se encontra. Seis salões amplos, bem illuminados, com uma cubagem de ar acima da exigida e sempre renovada, soalhados com madeiras caras do nosso paiz, são separados por um vasto corredor central, construido em cimento armado. Latrinas e lavatorios estão decentemente installados e convenientemente divididos para os dois sexos. / O vestiario, as salas da directoria, secretaria e bibliotheca; o porão immenso, claro, bem ladrilhado, podendo prestar-se a varios fins; o espaçoso recreio onde serão montado um pequeno pavilhão para gymnastica; tudo está optimo e até ao menos entendido agrada.” (DIARIO DA MANHÃ, 10/05/1917, p. 1).

⁴ Ofício n. 10 de 30/03/1925, Ofício n. 16 de 16/04/1925, Ofício n. 25, de 12/06/1925 e Ofício n. 44, de 09/09/1925 - **Livro para correspondência oficial do Grupo Escolar Manoel Luiz** – 1924-1927, p. 22, 23v, 25v e 30v.



O cotidiano nos Grupos Escolares era vivido ritualisticamente. Logo à chegada, os alunos formavam para o canto de hinos acompanhados da professora e do diretor que, em geral ministrava algumas palavras às crianças ali reunidas, como lembra Normélia de Araújo, ex-aluna do Grupo Escolar General Siqueira: “fazia fila, na ordem, e aí cantava um hino, depois o diretor falava, dizia umas palavras, aí entravam nas classes. Todos os dias, todos os dias tinha a formatura dos alunos e canto; na saída cantava também, saía cantando” (ARAÚJO, 2003).

Outros eventos também podem ser citados, por exemplo: exames escolares, exposição de prendas dos alunos, festas cívicas e visitas de autoridades à instituição. Esses acontecimentos consistiam momentos de legitimação da escola primária frente à sociedade que se queria implantar, elas “constituíram-se em espaços de ritos e espetáculos carregados pelo domínio simbólico e expressadores do ideário republicano. Desfiles, festas e comemorações reforçavam sentidos culturais partilhados que, ao criarem uma tradição, celebravam o ritual político da República” (ROSSI, 2003).

A construção de todo esse espetáculo na escola primária corresponde ao papel que a esta ganhou no início da República no Brasil. Conforme Carvalho, “a escola no imaginário republicano foi signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o Progresso” (CARVALHO: 1989, 7). Além disso, devemos ter em mente que a República no Brasil não nasceu como um Regime forte nos meios populares, onde estivesse presente o envolvimento de todas as camadas sociais do país, mas nasceu frágil, brotou como fruto da ação de algumas forças – militares, oligarquia cafeeira e intelectuais positivistas, necessitando de legitimação popular.

Essa fragilidade era bem conhecida dos adeptos do novo Regime. Prova disso foi a aceitação da liderança do Exército, por reconhecer que apenas ele teria condições de sustentar a República nascente. “Os republicanos conseguiram sensibilizar o Exército que por suas características próprias e por ser uma instituição que estivera presente em todas as províncias, era o único grupo que poderia, a curto prazo extinguir a Monarquia e garantir a instalação do novo regime” (MONTEIRO, 1990, 9).

Era preciso criar a imagem do Regime necessário, forte, democrático, onde estivesse presente o progresso e a ordem. Por estar a maioria da população brasileira excluída do processo que levou à implantação da nova forma de governo, era necessário fazer com que essa mesma maioria aceitasse e, agora, passasse também a contribuir para a legitimação republicana. Para isso, era preciso a elaboração de um novo mundo simbólico, onde a República parecesse como algo necessário e mesmo óbvio para o país. Nesse processo de elaboração do imaginário da República, a escola primária exerceu um papel fundamental.

A escola pública primária antes calada, restrita à cultura do lar (escolas isoladas), agora, proclamava seus gritos de progresso, ordem, ação, trabalho, patriotismo, grandiosidade. Agora ela falava, e o seu discurso trazia o sucesso do ensino que, por sua vez, foi proporcionado pelos homens de ação, de trabalho, verdadeiros cidadãos republicanos. Discurso esse não restrito apenas aos envolvidos com a instituição, mas estendido a toda a sociedade onde ela estava inserida, uma vez que as suas portas, diariamente ou ao final do ano letivo, abriram-se recheadas de espetáculo para toda a população. Logo, indiretamente, a grandeza dessas instituições contribuía para a absorção dos ideais na nova organização do Estado, ou seja, o ideário republicano.



CONCLUSÃO

No momento de implantação dos Grupos Escolares, a instrução pública sergipana passava por inúmeras dificuldades. Nesse cenário, eles eram tidos como instituições modelares, constituindo-se no principal alvo das medidas governamentais no campo educacional, como mostra a preocupação com a formação dos professores com a estrutura física dos prédios bem como as medidas relacionadas à higiene escolar e à educação moral e cívica. No entanto os Grupos não foram o paraíso. Registram-se vários problemas como falta de compromissos de alguns responsáveis diretos pelo ensino, falta de recursos didáticos em algumas instituições, problemas de método e até de manutenção dos prédios escolares.

Enfim, também na capital sergipana, os Grupos Escolares representam mudanças significativas no sistema educacional e, mesmo que não tivessem posto fim aos seculares problemas da área, significaram um momento novo e a esperança de universalização da escola desde os inícios do século XX. Além disso, certamente podemos afirmar o desenvolvimento nas crianças do amor à Pátria e aos seus heróis, foi alcançado e disseminado, uma vez que eventos, como a realização de exames finais e homenagens a personalidades do Estado, eram vivenciados não apenas pelo alunado dos Grupos. Estes abriam-se a toda a sociedade que podia usufruir, no ambiente monumental e espetacular dos Grupos, dos rituais escolares, assistindo às cerimônias, emocionando-se com discursos, músicas escolares e hinos patrióticos. Difundiam-se, assim, entre a população da cidade, um culto aos heróis e a crença no Progresso, o amor à Pátria e à educação.

Enfim, os Grupos Escolares mudaram a face do ensino primário em Aracaju, atingindo não somente às crianças, mas à sociedade aracajuana do início do século XX, que passava a identificar a escola como um lugar próprio, de atividades específicas, uma referência viva, diferente de antes, quando a escola a confundia com a casa do professor.

Compreender o processo de implantação e o funcionamento dos Grupos Escolares em todo o Estado na Primeira República é de grande importância, para recuperar uma parte da história da educação em Sergipe e entender o papel da escola, dos alunos e dos demais agentes escolares, bem como situar a responsabilidade e a competência das esferas públicas na construção da sociedade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane B. de. **Nos majestosos Templos de Sabedoria: a implantação dos Grupos Escolares em Aracaju.** São Cristóvão, 2003. 148p. Monografia (Graduação em História). DHI, CECH, UFS.

BORGES, Vera Lúcia A. Projetos pedagógicos praticados na Escola estadual de Uberlândia – 1920-1960. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 1, 2001, Niterói. **Anais.** Niterói, s.e., 2001.

BOTO, Carlota. A escola primária como tema do debate político às vésperas da República. In: **Revista Brasileira de História.** V. 19, n. 38, São Paulo, 1999.

CARVALHO, Marta Maria C. de. **A Escola e a República.** São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História; 127).

FARIA FILHO, Luciano M. de. Instrução Elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G.. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135-150. (Coleção Historial; 6).

_____. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. In: **Revista da Faculdade de Educação**. V. 24, n. 1, São Paulo, Jan/Jun-1998, p. 141-159.

KLINKE, Karina. A leitura nos Grupos Escolares de Minas Gerais – 1906 a 1927. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 1, 2001, Niterói. **Anais**. Niterói, s.e., 2001.

MENDONÇA, José Antônio Nunes. **A educação em Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1958. 210p.

MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil República**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1990, p. 9. (Série Princípios; 66).

MOREIRA, Keila C. & ARAÚJO, Marta M. de. Grupos escolares: uma nova forma de cultura escolar da modernidade (Natal, 1908-1913). In: STAMATTO, Maria Inês S. & ARAÚJO, Marta M. de (orgs.). Encontro de pesquisa educacional do Nordeste: História da Educação, 1. **Anais**. Natal: EDUFRN, 1997, P.109-119.

OLIVEIRA, Maria Cecília M. de. O Grupo Escolar Dezenove de Dezembro: História e Organização. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 1, 2001, Niterói. **Anais**. Niterói, s.e., 2001.

PAULA, David F. de. A infância e o Mundo Moderno. In: **Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História**. Assis, 1994, v. 2, p. 141-150.

PINHEIRO, Antonio C. F. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: USF, 2002. (Coleção educação contemporânea).

ROCHA, Heloisa Helena P. Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica. In: **Cadernos Cedes**. V. 20, n. 52, Campinas, Nov. 2000, p. 55-73.

ROSSI, Ednéia Regina. A instituição escolar e a construção da identidade nacional nos anos 20 do século XX – um recorte a partir da capital paulista In: Simpósio Nacional de História, 22. [CD/ROM]. **Anais**. João Pessoa: Anpuh/UFPB, 2003 (Anais eletrônicos).

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. In: **Revista Brasileira de História**. Set. 1999, v. 19, n. 37, São Paulo, p. 59-84.

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe (1820-1920)**. S.i., s.d., s.e., p. 93-97 e 150-165.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas).



_____. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. In: **Cadernos Cedes**. V. 20, n. 52, Campinas, Nov. 2000, p. 104-121.

FONTES

Jornais

O CORREIO DE ARACAJU - 1911-1922 / 1926-1930
DIÁRIO DA MANHÃ - 1911-1919

Entrevista

ARAÚJO, Nórmelia Melo de: depoimento [ago. 2003]. Entrevistadora Crislane Barbosa de Azevedo. Aracaju, 2003. 1 fita MC-60. Entrevista concedida à pesquisa sobre a os Grupos Escolares em Aracaju na Primeira República.

Legislação

Decreto 563, de 12/08/1911
Decreto 653, de 03/07/1917
Decreto 675, de 26/08/1918

Textos/Relatórios/Programas/Mensagens:

ANDRADE, Helvécio de. **Escola Sergipana**. Aracaju: Typ. D'O Luctador, 1931, 16p.

_____. **A escola e a nacionalidade**. Aracaju: Typ. D'O Luctador, abril/1931, 14p.

ANDRADE, Helvécio de. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Cyro de Azevedo, D. Presidente do Estado, em Novembro de 1926 – **Instrução Pública**: Necessidade de uma regulamentação definitiva dos ensinos primário e normal. Aracaju: Typ. Do Sergipe Jornal, 1926.

ANDRADE, Helvécio de. **O Lar e a Escola** (conferência). Aracaju: Casa Ávila, Janeiro / 1931, 25p.

SERGIPE. **Programma para o curso primário nos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Sergipe – 1915**. Aracaju: Typ. do O Estado de Sergipe, 1915. 26p.

SERGIPE. **Livro para correspondência oficial do Grupo Escolar Manoel Luiz – 1924-1927**.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de Setembro de 1911, pelo Presidente do Estado Exm. Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Doria. Aracaju: Typ. do “O Estado de Sergipe”, 1911, p. 50-64.



SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1913, pelo Presidente do Estado Exm. Sr. Dr. José de Siqueira Menezes. Aracaju: Typ. do “O Estado de Sergipe”, 1913, p. 14-18.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1914, na instalação da 1ª Sessão Ordinaria da 12ª legislatura, pelo Presidente do Estado Exm. Snr. Coronel Pedro Freire de Carvalho. Aracaju: Typ. do “O Estado de Sergipe”, 1914, p. 15-17.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1919, ao instalar-se a 3ª Sessão Ordinaria da 13ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju: (s.i.), 1919p. 42-47.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1920, ao instalar-se a 1ª Sessão Ordinaria da 14ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju: (s.i.), 1920, p. 12-29.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1921, ao instalar-se a 2ª Sessão Ordinaria da 14ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju, (s.i.), 1921, p. 13-23.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1922, ao instalar-se a 3ª Sessão Ordinaria da 14ª legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju, (s.i.), 1922, p. 13-23.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1923, ao instalar-se a 1ª Sessão Ordinaria da 15ª legislatura, pelo Dr. Mauricio Gracho Cardoso, Presidente do Estado. Aracaju: Imprensa Oficial, 1923, p. 06-16.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1925, ao instalar-se a 3ª Sessão Ordinaria da 15ª legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado. Aracaju: Imprensa Oficial, 1925, p 12-39.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1927, ao instalar-se a 2ª Sessão Ordinaria da 16ª legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado. Aracaju: Imprensa Oficial, 1927, p. 05-19.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1928, ao instalar-se a 3ª Sessão Ordinaria da 16ª legislatura, pelo Presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas. Aracaju, Imprensa Oficial, 1928, p. 25-47.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1929, ao instalar-se a 1ª Sessão Ordinaria da 17ª legislatura, pelo Presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas. Aracaju, Imprensa Oficial, 1929, p. 15-37.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1930, ao instalar-se a 2ª Sessão Ordinaria da 17ª legislatura, pelo Presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas. Aracaju, Imprensa Oficial, 1930, p. 25-47, p. 30-59.